

Gangues juvenis, grupos armados e estruturação de atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Luís Felipe Zilli

Pesquisador da FJP-MG

Cláudio Beato

Professor da UFMG

Este artigo apresenta os principais resultados de uma pesquisa sobre a atuação de gangues juvenis e grupos armados em favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O estudo foi realizado entre 2009 e 2011, a partir de três fontes de informação: (1) entrevistas em profundidade com 40 jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação por envolvimento em crimes como homicídios e tráfico de drogas; (2) registros oficiais sobre criminalidade violenta nas cidades da RMBH; (3) bases de dados de inteligência policial e de investigações conduzidas pela Polícia Civil de Minas Gerais sobre a atuação de grupos armados na RMBH.

Palavras-chave: gangues e grupos armados, violência juvenil, criminalidade, favelas, Belo Horizonte

The article **Youth Gangs, Armed Groups and the Structure of Criminal Activity in the Metropolitan Region of Belo Horizonte** presents the main results of an empirical research on the role of youth gangs and armed groups in the slums of the metropolitan region of Belo Horizonte. This study was conducted between 2009 and 2011, from three sources: (1) in-depth interviews with 40 teenagers under sentence of detention for involvement in crimes like murder and drug trafficking; (2) official record of violent crime in the cities of the metropolitan region of Belo Horizonte, (3) databases of police intelligence and investigations conducted by the Civil Police of Minas Gerais on the activities of armed groups in the metropolitan region of Belo Horizonte.

Keywords: gangs and armed groups, youth violence, crime, favelas, Belo Horizonte

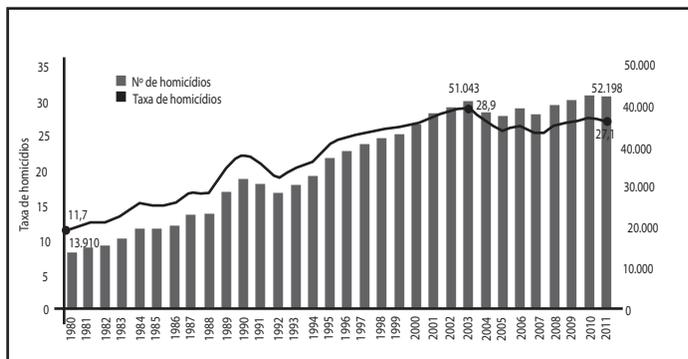
Introdução: jovens e violência letal no Brasil

Recebido em: 30/08/2013

Aprovado em: 20/06/2014

Pouco mais de 1,1 milhão de pessoas foram assassinadas no Brasil entre 1980 e 2011. Na média, isso significa dizer que uma pessoa foi morta no país a cada 15 min ao longo desses 32 anos. Fazendo uma ponderação anual do número de mortes pelo tamanho da população, chega-se à constatação de que o país saltou de uma taxa de 11,7 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes em 1980, para uma taxa de 27,1 em 2011, consolidando um crescimento bruto de aproximadamente 130% durante o período. O gráfico a seguir ilustra o aumento do número e das taxas de homicídios no Brasil, ao longo dos últimos 32 anos.

Gráfico I – Taxa e Número de Homicídios no Brasil – 1980/2011



Fonte: SIM/Datasus

Desagregando os dados de homicídio dolosos registrados no Brasil entre 1980 e 2011, pode-se observar que o crescimento expressivo desse tipo de crime se deu por meio de um perfil bastante específico da população: em termos médios, a vítima de homicídio no país mora em um grande centro urbano, é homem, preto ou pardo, tem entre 15 e 29 anos, baixa escolaridade, foi ferida por arma de fogo leve e assassinada em via pública. Tomando a variável “escolaridade” como *proxy* de “renda”, também é possível inferir que as vítimas são, em sua esmagadora maioria, oriundas de classes de baixo status socioeconômico.

Além de atingir um segmento bastante específico dentro do conjunto da população, os homicídios no Brasil também demonstram ter um padrão de distribuição espacial bastante focalizado. Dentro das grandes cidades, os assassinatos encontram-se extremamente concentrados em áreas de alta vulnerabilidade social, pouca ou nenhuma provisão de serviços públicos e intensa deterioração urbanística (BEATO FILHO et alii, 2001; RIVERO, 2010; CANO, 1998; CRUZ, 1996; CRUZ e CARVALHO, 1998; YI et alii, 2000; SZWARCOWALD e CASTILHO, 1998; GOERTZEL e KAHN, 2009; RATTON, 2006; MUSUMECI et alii, 2006).

Cabe observar ainda o caráter estritamente localizado e territorializado das interações violentas entre vítimas e autores. De acordo com registros policiais de diversas regiões do país, a distância média entre as residências da vítima, do autor e o local onde o crime ocorreu não ultrapassa 1,5km. Sendo que, em boa parte das ocorrências, esse triângulo

territorial não chega a ter nenhum de seus lados maior do que 500 metros (PEIXOTO, 2003; BEATO, 2010). Em geral, autor e vítima moram na mesma vizinhança e, ao que tudo indica, matam e morrem em função de conflitos estabelecidos e resolvidos de forma violenta e privada, dentro do próprio território.

Um levantamento realizado em 2.405 laudos de necropsia emitidos pelo Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo durante o ano de 2001, por exemplo, demonstrou que, em 69% dos homicídios por arma de fogo, a vítima foi atingida na cabeça por mais de dois projéteis. Em segundo lugar, o local anatômico mais atingido foi a região dorsal (costas), com 44% das vítimas feridas nesta região, com mais de dois projéteis (GAWRYSZEWSKI e COSTA, 2005). O que os registros da saúde indicam, portanto, é que boa parte dos assassinatos cometidos no Brasil nos últimos anos adquiriu características de execução em via pública.

Já no que diz respeito aos autores desses crimes de homicídio, um levantamento feito pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) a partir de registros oficiais mantidos por Polícias Civis de 24 estados demonstrou que, dentre 14.090 inquéritos de homicídios dolosos relatados entre os anos de 2004 e 2005, adolescentes e jovens de 12 a 24 anos respondiam pela autoria de 51% desse volume, ou exatos 7.169 casos (SENASP, 2006).

O que todos os dados apresentados até aqui indicam é que, no Brasil, vítimas e autores de homicídios são jovens do sexo masculino, não brancos (pretos ou pardos), com baixo nível de instrução formal, baixa renda, moradores de favelas, envolvidos em conflitos estritamente localizados e territorializados, cujos desfechos se dão pela via violenta das armas de fogo.

Urbanização e violência letal

No Brasil, existe uma vasta produção acadêmica que correlaciona positivamente processos de urbanização e o aumento das taxas de violência letal. Cano e Santos (2001), por exemplo, demonstram que a variável “urbanização” explica parte considerável da variabilidade das taxas de homicídios em nível interestadual e intermunicipal. Já levantamento bi-

bliográfico realizado por Soares (2008) também reforça a hipótese de correlação positiva entre processos de urbanização e o aumento das taxas de homicídios, observando, no entanto, que esta tendência se mostra muito mais forte em países em desenvolvimento e onde a urbanização se deu de maneira mais acelerada. Beato et alii (2001) também endossam essa correlação, chamando a atenção para a concentração de homicídios nas favelas brasileiras, decorrência de aspectos perversos dos processos de urbanização acelerada e as iniquidades socioespaciais produzidas por essas dinâmicas.

O crescimento e adensamento da malha urbana brasileira modernizou diversos aspectos da vida cotidiana sem, no entanto, deixar de reproduzir parte da feição arcaica, clientelista e patrimonialista da sociedade brasileira dos séculos anteriores. O modelo de crescimento e ocupação periférica do território urbano foi acompanhado por marcos regulatórios excludentes, pautados por interesses privados do mercado imobiliário, empurrando parcelas significativas da população para a ocupação ilegal de terrenos sem infraestrutura. A alocação das populações pobres nas grandes cidades brasileiras deu-se em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário ou de ocupação proibida (FERNANDES, 2007).

Em muitas dessas localidades, os anos de atuação estatal ineficiente e violenta minaram a legitimidade do poder público, muitas vezes fomentando práticas de resolução violenta de conflitos ou a apropriação privada dos meios de produção de justiça. Nesse contexto de exclusão social, segregação espacial, violência institucional e pouca legitimidade do poder público, muitas favelas e bairros de periferia assistiram ao surgimento de grupos, cujas atividades principais visam ao benefício – financeiro, simbólico ou político – de seus membros, frequentemente prejudicando suas comunidades.

Em alguns territórios, essas organizações tendem a dividir a comunidade em esferas de influência, não raramente derivando seu poder da disposição para utilizar a violência, das constantes ameaças e das armas de fogo que possuem. Em muitas cidades brasileiras, essas “organizações sociais perversas” (SAVENIJE, 2007) materializam-se na figura das gangues juvenis e demais grupos armados que, em nível local, implementam processos de estruturação de atividades criminosas em favelas e bairros pobres de periferia.

Gangues e grupos armados ilegais no Brasil

No Brasil, a própria configuração assumida pelo problema dos homicídios, com forte concentração de mortes violentas em regiões de favelas e bairros pobres das periferias urbanas do país, indicou a importância de se compreender melhor o fenômeno do envolvimento de jovens em gangues delinquentes ou grupos armados ilegais, bem como seus complexos processos de estruturação de atividades criminosas.

Nos Estados Unidos, na Europa e mesmo em outros países da América Latina, essa questão já constitui objeto privilegiado de investigação há muitas décadas (THRASHER, 1927; VIGIL, 1988; ADAMSON, 2000; ALONSO, 2004; FRANCO, 2008; JANKOWSKI, 1997; HOWELL e MOORE, 2010). No Brasil, a produção acadêmica sobre o fenômeno ainda é razoavelmente tímida e quase que estritamente fundamentada em estudos de caso. As primeiras pesquisas mais diretamente focadas sobre o tema só começaram a ser realizadas no início da década de 1980, motivadas pelo recrudescimento da violência entre grupos de jovens armados nas favelas do Rio de Janeiro, sobretudo em função de suas disputas pelo controle de redes territorializadas de comércio de drogas ilícitas (ZALUAR, 1985).

Ainda que diversas capitais brasileiras já registrassem, àquela época, episódios de violência entre pequenos grupos delinquentes, a estruturação de uma nova modalidade territorializada e ostensivamente armada de comércio varejista de drogas, bem como a forma “confederada” assumida pelo fenômeno carioca – com diversos pequenos grupos de territórios distintos atuando de modo coligado, por meio de redes criminosas horizontalizadas ou “facções” –, despertou uma atenção mais direcionada ao problema.

Ao longo dos anos 1990, diversos estudos dedicaram-se a tentar compreender não apenas os complexos modos de organização assumidos pelos grupos cariocas, mas, principalmente, seus intrincados processos de estruturação de atividades criminosas. Zaluar (1996; 1997), por exemplo, analisa muitos dos mecanismos simbólicos e morais envolvidos na formação dos grupos e suas práticas de violência. Para além das disputas pelo mercado das drogas, a autora chama a atenção para a complexa rede de representações e significações (ou “*ethos guerreiro*”) que caracteriza muitos dos episódios de violência entre gangues.

Misse (1997) é um autor que enfoca os processos de estruturação de atividades criminosas colocados em curso pelas gangues confederadas do Rio de Janeiro, observando que o envolvimento desses grupos com o comércio de drogas complexificou suas estruturas e modos de organização. A própria lógica de conflitos teria mudado, com os grupos passando a suprimir pequenos acertos de contas de motivação individual/comunitária, para priorizar enfrentamentos de cunho mercadológico.

Dowdney (2003), por sua vez, procura pensar o fenômeno das gangues cariocas numa perspectiva comparada a outras modalidades de envolvimento de jovens em grupos armados ao redor do mundo. A proposta do autor é identificar, nas facções do Rio de Janeiro, modos de estruturação, lógicas de atuação e funções observadas em grupos delinquentes territorializados que atuam em outros países. Já Ramos (2009) e Machado da Silva (2010) são autores que discutem o caráter simbólico da violência de gangues nas favelas cariocas. A primeira problematiza a correlação direta que geralmente se estabelece entre o comércio de drogas e os homicídios, argumentando que muitas das mortes registradas nas favelas do Rio de Janeiro envolvem questões interpessoais, familiares, morais e simbólicas (RAMOS, 2009). O segundo argumenta que, principalmente entre jovens membros de gangues, a violência não constitui apenas um meio de ação regulado por fins que se deseja atingir. Ela é um princípio que ordena a própria ação e as relações entre sujeitos, tornando-se um fim em si mesmo, inseparável de sua função instrumental como recurso para a ação (MACHADO DA SILVA, 2010).

A partir dos anos 2000, estudos sobre gangues que atuam em outros centros urbanos brasileiros começam a ser realizados de maneira mais sistemática. Paes Manso (2005), por exemplo, a partir de dezenas de entrevistas com jovens homicidas, aborda o problema dos grupos que atuam nas favelas da Região Metropolitana de São Paulo, analisando seus mecanismos e lógicas de rivalidade, bem como suas práticas criminosas. O autor procura compreender os arranjos morais e normativos que fazem com que, entre os membros de gangues, os assassinatos constituam mecanismo legítimo de resolução privada e violenta de conflitos, gerando intermináveis ciclos de ação e retaliação.

Já Ferreira et alii (2009) estudam os impactos que o surgimento de uma facção criminosa no interior do sistema prisional paulista teriam projetado sobre os conflitos entre gangues que atuam nas periferias de São Paulo. Os autores destacam uma possível mudança na lógica dos enfrentamentos travados entre os grupos, possivelmente priorizando o uso instrumental da violência enquanto mecanismo de resolução de disputas mercadológicas, em detrimento de sua utilização para a solução privada de conflitos interpessoais e comunitários.

Zilli (2011) e Beato e Zilli (2012) também são autores que tratam do problema da violência de gangues, a partir de pesquisas realizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Os autores não apenas analisam os processos de estruturação de atividades criminosas colocados em curso por tais grupos, mas também questões simbólicas que perpassam seus conflitos. Ambos argumentam que o fenômeno das gangues pode ser pensado a partir de uma perspectiva evolutiva complexa e não linear, segundo a qual seria possível identificar, a partir de determinadas estruturas, diferentes estágios de organização dos grupos (BEATO e ZILLI, 2012).

Fontes de dados e metodologia

No intuito de contribuir para a discussão sobre o fenômeno da violência das gangues e dos grupos juvenis delinquentes no Brasil, o presente artigo se propôs a realizar um diagnóstico sobre o envolvimento de adolescentes e jovens em grupos armados ilegais nas cidades que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Para tanto, serão explorados aqui dados de um extenso trabalho de pesquisa realizado pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (Crisp/UFMG), entre os anos de 2009 e 2011, a partir de três fontes de informação: (1) entrevistas em profundidade realizadas com adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, em função de seu envolvimento com crimes como

homicídio e tráfico de drogas; (2) registros oficiais de criminalidade nas cidades da RMBH; (3) bases de dados de inteligência policial e investigações conduzidas pela Polícia Civil de Minas Gerais sobre a atuação de gangues e grupos armados na RMBH.

As entrevistas em profundidade foram realizadas entre março de 2009 e outubro de 2010, junto a adolescentes e jovens que, à época, cumpriam medida socioeducativa de internação em unidades da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), órgão do governo do estado de Minas Gerais responsável pela aplicação das medidas socioeducativas. Foram selecionados para as entrevistas jovens sentenciados por atos infracionais análogos a crimes como homicídio, tráfico de drogas, assalto, porte ilegal de armas e formação de quadrilha.

O acesso aos informantes só se deu após um longo processo de negociação com o governo do estado e mediante autorização do Juizado da Infância e da Juventude e aquiescência do Ministério Público de Minas Gerais. Todas as entrevistas foram realizadas em salas reservadas dentro das próprias unidades de internação, sem acompanhamento por parte de agentes de segurança ou mesmo de outros funcionários, de modo a não expor o informante perante seus pares, ou de qualquer outro servidor da instituição. Antes da entrevista, o pesquisador apresentava detalhadamente o estudo e, após esclarecimentos, convidava o jovem a participar voluntariamente (assinando um termo de consentimento livre e esclarecido), na condição de informante que teria sua identidade preservada.

Uma segunda fonte de informações explorada por este artigo refere-se a dados quantitativos e qualitativos produzidos, entre os anos de 2007 e 2009, pelas polícias Civil e Militar de Minas Gerais, por meio do Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG). Trata-se de uma instância interinstitucional de inteligência policial que tem como objetivos principais a elaboração de diagnósticos e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento ao problema das gangues e grupos criminosos armados que atuam na RMBH. Os dados disponibilizados pelo GMG têm três origens: inquéritos policiais, boletins de ocorrência e uma grande base de dados digitalizada de registros informais elaborados por agentes que trabalham em unidades operacionais das polícias Civil e Militar.

Durante dois anos, o GMG coletou, sistematizou e analisou dados sobre gangues que atuam em 16 favelas da RMBH. Dada a complexidade do fenômeno e as inevitáveis limitações do trabalho policial, não houve a pressuposição de que os dados produzidos constituem um diagnóstico fiel do problema na RMBH. No entanto, acredita-se que eles oferecem uma visão geral da questão, compondo o quadro empírico do problema da violência ligada às gangues e grupos armados na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Por fim, também foram utilizados registros oficiais de crimes e bases de dados georreferenciados, de modo a possibilitar uma visão geral dos padrões de distribuição da violência letal nas cidades que compõem a RMBH. A seguir, apresentamos os principais resultados deste trabalho de pesquisa.

Urbanização, violência e criminalidade na RMBH

Ao longo das últimas seis décadas, o polo metropolitano de Belo Horizonte – formado pelas cidades de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Ibirité, Santa Luzia, Sabará e Vespasiano – vivenciou um intenso processo de adensamento populacional e expansão de sua malha urbana, sustentado, em grande parte, por fluxos desordenados de ocupação precária e irregular de largas porções do território desses municípios. Apenas entre 1950 e 2010, a população da RMBH decuplicou, com um crescimento médio de 43% a cada década. A tabela a seguir ilustra esse processo.

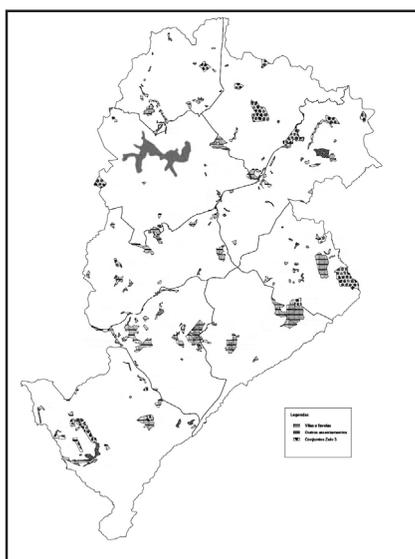
Tabela 1 – Crescimento da população na RMBH – 1950/2010

	População							Crescimento 1950-2010 (%)
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	
Municípios Belo Horizonte	352.724	683.908	1.235.030	1.780.855	2.020.161	2.238.526	2.375.444	43%
Betim	16.376	26.409	37.815	84.183	170.934	306.675	603.048	2.205%
Contagem	6.022	27.914	111.235	280.477	449.588	538.017	603.048	9.914%
Ibirité	2.253	3.952	13.946	31.939	78.090	133.044	159.026	6.958%
Ribeirão das Neves	4.267	6.387	9.707	67.257	143.853	246.846	296.376	6.846%
Sabará	15.748	23.081	45.149	64.204	89.740	115.352	126.219	701%
Santa Luzia	8.437	12.573	25.301	59.892	137.825	184.903	203.184	2.308%
Vespasiano	5.610	8.331	12.429	17.924	48.012	76.422	104.612	1.765%
RMBH	411.437	792.555	1.490.612	2.386.731	3.138.203	3.839.785	4.245.456	932%

Fonte: IBGE / Censos Demográficos

Em termos espaciais, o modelo de urbanização e ocupação do território da RMBH se deu a partir de uma lógica “centro-periferia”, com as regiões centrais concentrando as melhores estruturas de habitação e serviços, enquanto as periferias concentraram desvantagens gerais de infraestrutura. Belo Horizonte exerceu papel de “centro”, enquanto as demais cidades ocuparam o de “periferia”, concentrando piores indicadores de desenvolvimento humano, bem como uma série de desvantagens estruturais e urbanísticas. Boa parte do processo de urbanização da RMBH seguiu uma lógica parecida com o que Davis (2006) define como processo de “favelização”. Nos anos 1960, 1970 e 1980, parte significativa do crescimento e da ocupação de suas periferias urbanas deu-se por meio do surgimento de favelas, conjuntos habitacionais populares e outros assentamentos irregulares, que passaram a concentrar partes expressivas da população, a despeito da área territorial relativamente pequena. Segundo dados da Prefeitura de Belo Horizonte, a capital mineira tem hoje 208 favelas e assentamentos irregulares, em uma área total de 16,75km² (apenas 5,06% do território total da cidade, que possui 331km²). No entanto, esses aglomerados abrigam uma população de 471.344 habitantes, ou 19,53% da população total da cidade, que gira em torno de 2,4 milhões de habitantes. O mapa a seguir ilustra a distribuição geográfica das favelas e dos assentamentos irregulares de BH.

Mapa 1 – Áreas de vilas e favelas em Belo Horizonte

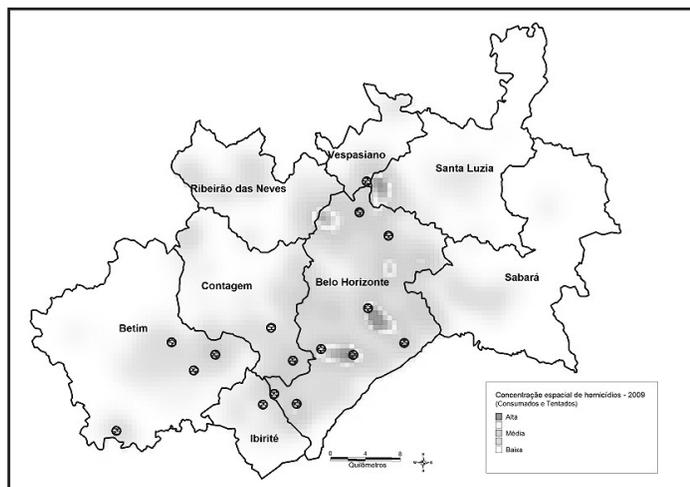


Fonte: PBH / Urbel - 2008

Em termos criminológicos, a importância de lançar luzes sobre o processo de urbanização vivenciado pela RMBH reside na correspondência que existe entre a distribuição geográfica das favelas e as manchas de concentração espacial dos homicídios tentados e consumados. O mapa a seguir ilustra o padrão de concentração espacial dos assassinatos e tentativas de assassinato registrados na RMBH em 2009. Os pequenos círculos representam pontos centrais de 16 favelas com grande histórico de violência¹.

Especialmente em Belo Horizonte, as manchas de concentração de homicídios tentados e consumados seguem praticamente o mesmo padrão de distribuição geográfica das favelas e dos assentamentos irregulares. Isso também pode ser visto nas demais cidades, principalmente em áreas de limite entre municípios, localidades tradicionalmente abandonadas pelo poder público, sob a alegação de que constituem territórios pertencentes à outra jurisdição.

Mapa 2 – Concentração de homicídios tentados e consumados na RMBH – 2009

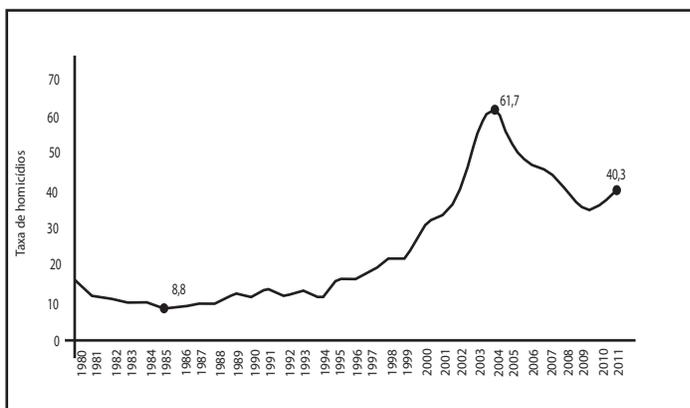


Fonte: Registros de Eventos de Defesa Social (Reds).

Até meados dos anos 1990, a região metropolitana de Belo Horizonte sempre teve uma taxa de homicídios relativamente baixa, quando comparada a outras capitais brasileiras. Em 1994, no entanto, tem início um crescimento exponencial do número de assassinatos: a RMBH saltou de uma taxa de 8,8 homicídios, para cada grupo de 100 mil habitantes, em 1985, para 61,7 em 2004. Um crescimento bruto de 600% em apenas 20 anos.

1 Favela da Serra (Região Centro-Sul de BH), Favela do Borel (Região de Venda Nova em BH), Conjunto Felicidade (Região Norte de BH), Pedreira Prado Lopes (Região Noroeste de BH), Cabana do Pai Tomás (Região Oeste de BH), Morro das Pedras/Ventosa (Região Oeste de BH), Vila Pinho (Região do Barreiro em BH), Vila Itaipu (Região do Barreiro em BH), Vila Ideal (Ibirité), Morro Alto (Vespasiano), Jardim Teresópolis (Betim), PTB (Betim), Citrolândia (Betim), Jardim das Alterosas (Betim), Parque São João (Contagem), Vila Frigodiniz (Contagem).

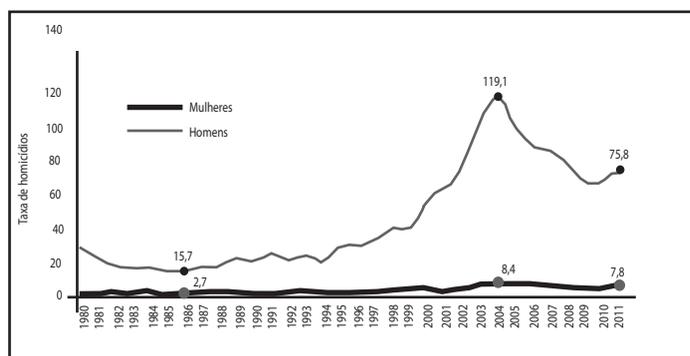
Gráfico 2 – Taxa de homicídios na RMBH – 1980/2011



Fonte: SIM/Datasus

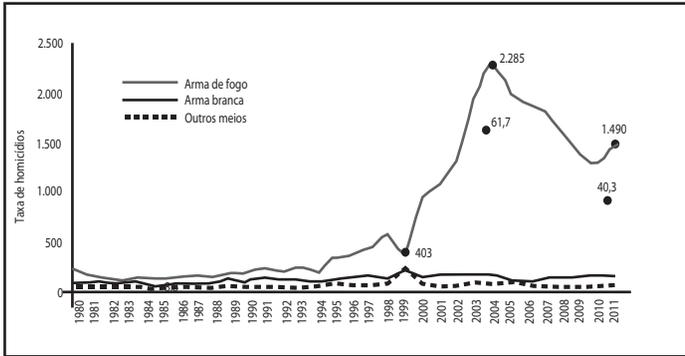
Assim como ocorreu em outras capitais brasileiras, o recrudescimento das mortes violentas na RMBH apresentou um perfil bastante direcionado. Em termos espaciais, o aumento dos homicídios concentrou-se em favelas, indicador que, por si só, já denota o perfil socioeconômico das vítimas (pobres, pretos ou pardos e de baixo nível de instrução formal). No que diz respeito especificamente ao perfil das vítimas (e possivelmente também dos agressores), os dados oficiais demonstram que a forte alta das mortes se deu entre homens jovens (15 a 24 anos), assassinados com armas de fogo e em via pública. Os gráficos a seguir ajudam a construir um perfil dos homicídios na RMBH nos últimos anos.

Gráfico 3 – Taxa de homicídios na RMBH, por sexo da vítima – 1980/2011



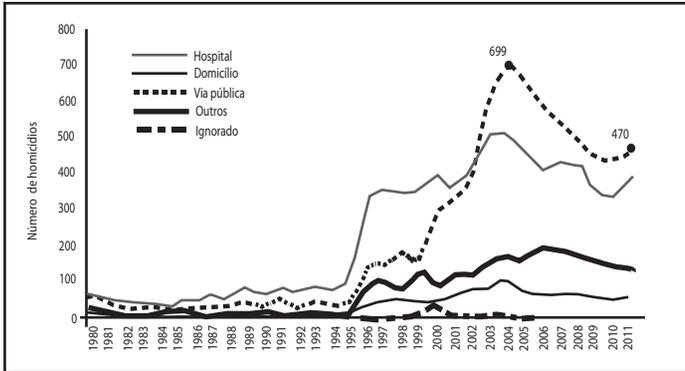
Fonte: SIM/Datasus.

Gráfico 4 – Homicídios na RMBH, por meio utilizado – 1980/2011



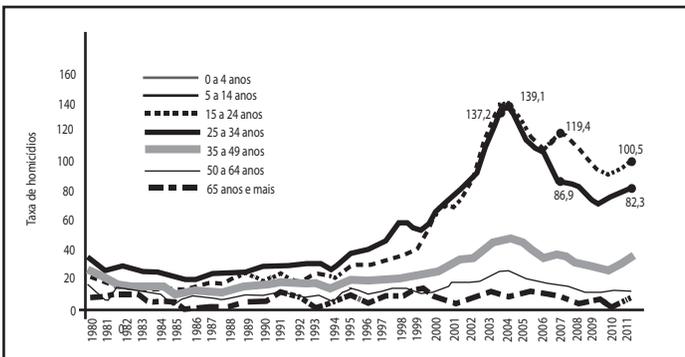
Fonte: SIM/Datasus.

Gráfico 5 – Homicídios de jovens na RMBH, por local de ocorrência – 1980/2011



Fonte: SIM/Datasus.

Gráfico 6 – Taxa de homicídios na RMBH, por faixa etária – 1980/2011



Fonte: SIM/Datasus

A existência de um padrão de concentração socioespacial tão claramente demarcado evidencia a relação que os homicídios registrados na RMBH mantêm com processos de urbanização desordenada, segregação espacial, exclusão social e dinâmicas de sociabilidade violenta que se consolidaram dentro de algumas favelas. Os dados mostram que não houve um aumento generalizado dos assassinatos na RMBH, mas sim o crescimento vertiginoso de um tipo bastante específico de homicídio, que envolve (como vítimas e autores) grupos de jovens pretos ou pardos, pobres, com baixos níveis de educação formal, moradores de favelas, envolvidos em conflitos armados (ZILLI, 2011; BEATO e ZILLI, 2012; SAPORI et alii, 2012).

Gangues e grupos armados ilegais na RMBH

Ao contrário do que se observa nas favelas do Rio de Janeiro, onde dezenas de grupos de jovens delinquentes atuam sob a “bandeira” de apenas três grandes confederações criminosas ou fações, o fenômeno das gangues na RMBH assumiu, nas últimas décadas, uma característica bastante fragmentada. Enquanto na capital fluminense favelas inteiras costumam ser territorial e belicamente dominadas por um único grupo criminoso, na RMBH, a maioria dos aglomerados violentos tem seus territórios divididos entre vários pequenos grupos, sem filiação evidente a qualquer “bandeira” ou “confederação criminosas” mais ampla.

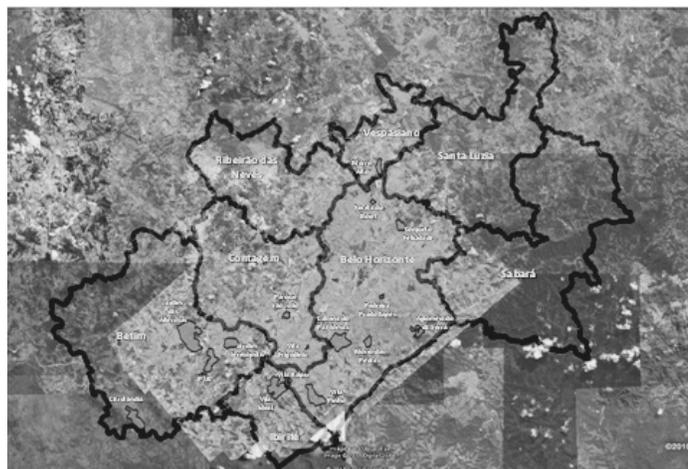
Em 16 favelas monitoradas pelo Grupo de Monitoramento de Gangues durante dois anos, foram catalogados 55 grupos de jovens delinquentes, com um total de 619 integrantes criminalmente ativos. A tabela e os mapas a seguir ilustram o número de gangues e de integrantes identificados pelas polícias, bem como sua distribuição territorial.

Tabela 2 – Distribuição de gangues em 16 favelas da RMBH

Cidade	Localidade	Nº de gangues identificadas	Nº de total de integrantes criminalmente ativos	Nº médio de integrantes por gangue
Belo Horizonte	Aglomerado da Serra	6	70	12
	Favela do Borel	2	26	16
	Conjunto Felicidade	7	62	9
	Pedreira Prado Lopes	6	75	12
	Cabana do Pai Tomás	9	65	7
	Morro das Pedras	8	162	20
	Vila Pinho	2	33	16
	Vila Itaipu	1	7	7
Ibirité	Vila Ideal	1	12	12
Vespasiano	Morro Alto	4	26	6
Betim	Jardim Teresópolis	2	24	12
	PTB	1	13	13
	Citrolândia	3	53	18
	Jardim das Alterosas	1	25	25
Contagem	Parque São João	1	8	25
	Vila Frigidiniz	1	11	11
Total 16 favelas		55	619	11

Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/Seds – 2009.

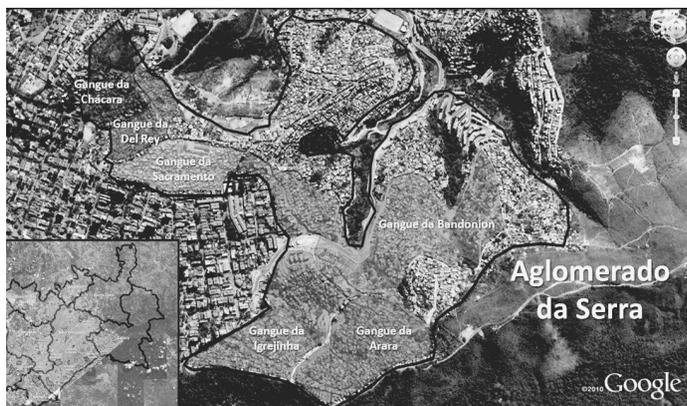
Mapa 3 – Favelas com registros críticos de violência entre gangues (2007-2009)



Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/Seds - 2009.

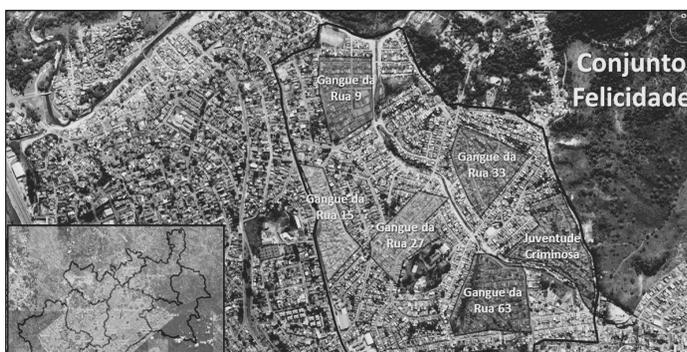
A partir de entrevistas realizadas com membros de gangues e com policiais que trabalham diariamente nessas localidades, além da análise de boletins de ocorrência e de inquéritos policiais, o GMG conseguiu delimitar as áreas de atuação de alguns grupos dentro das favelas. Chama a atenção seu caráter territorializado e a coexistência de vários deles dentro dos aglomerados.

Mapa 4 – Território de gangues no Aglomerado da Serra – Belo Horizonte



Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/Seds - 2009

Mapa 5 – Território de gangues no Conjunto Felicidade – Belo Horizonte



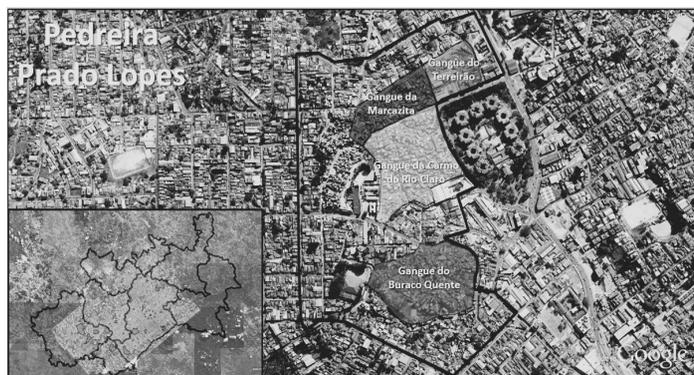
Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/Seds - 2009

Mapa 6 – Território de gangues no Morro Alto - Vespasiano



Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/Seds - 2009

Mapa 7 – Território de gangues na Pedreira Prado Lopes – Belo Horizonte



Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/Seds - 2009

O que os dados do GMG indicam, portanto, é que o fenômeno das gangues e dos grupos armados na RMBH se manifesta de maneira extremamente fragmentada, com vários coletivos de jovens delinquentes ocupando simultaneamente pequenas frações de diferentes favelas. Se levarmos em conta que as maiores favelas da RMBH são conurbações formadas por diversas pequenas vilas – surgidas em diferentes períodos, a partir de vários núcleos de ocupação precária e irregular do território –, o que os mapas demonstraram é que os grupos delinquentes vinculam-se ao território de apenas uma determinada vila dentro da favela. Isso denota a característica estritamente territorial das gangues, invariavelmente formadas a partir de grupos de amigos que nasceram e cresceram juntos dentro do microterritório de suas vilas. Não por acaso, a maioria dos grupos adota o nome de sua vila, ou de sua rua, em vez do da favela como um todo.

A coexistência de grupos diferentes dentro de um mesmo espaço aumenta significativamente o potencial de conflitos entre eles, seja por problemas pessoais entre membros dessas gangues, seja por questões de estabelecimento de território e consolidação de poder local, ou por disputas envolvendo dinâmicas criminais, como notadamente é o caso do tráfico de drogas. Um levantamento nas bases de inquéritos policiais da Delegacia Especializada de Homicídios Norte (DEH-Norte), por

exemplo, demonstra que, dos 63 assassinatos registrados entre os anos de 2005 e 2008 em uma favela chamada Conjunto Felicidade (Região Norte de Belo Horizonte), nada menos do que 37 tiveram participação direta e já comprovada das gangues locais. Além disso, os grupos também foram responsáveis por 12 tentativas de homicídio durante o período.

Tabela 3 – Homicídios relacionados às gangues do Conjunto Felicidade

Total de homicídios consumados no Conjunto Felicidade					
2005	2006	2007	2008	Total 2005/2008	
14	13	20	16	63	
Homicídios consumados/tentados por gangue – 2005/2008					
Gangue	Integrantes assassinados	Integrantes baleados	Homicídios consumados	Homicídios tentados	
Juventude Criminosa (JC)		3	0	20	7
Rua 33		6	1	5	3
Rua 16		1	0	3	0
Rua 9		3	0	9	2
Rua 27		1	0	0	0
Rua 63		2	0	0	0
Total		16	1	37	12

Fontes: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG) e Departamento de Investigações de Homicídios e Proteção à Pessoa (DIHPP)

O mesmo panorama pode ser observado no Aglomerado da Serra (Região Sul de Belo Horizonte), onde inquéritos já concluídos pela Polícia Civil demonstraram que, entre os anos de 2000 e 2007, sete gangues foram responsáveis por 43 assassinatos e oito tentativas de homicídio. De todos esses crimes, 30 das vítimas tinham ligação com os grupos delinquentes locais quando foram assassinadas. A tabela a seguir ilustra esse contexto.

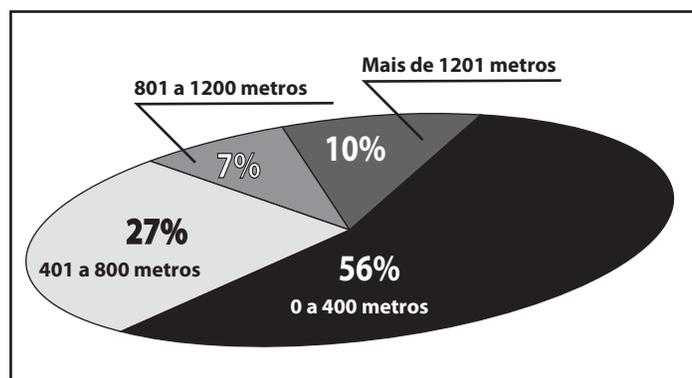
Tabela 4 – Homicídios relacionados às gangues do Aglomerado da Serra

Homicídios consumados/tentados por gangue – 2000/2007				
Gangue	Integrantes assassinados	Integrantes baleados	Homicídios consumados	Homicídios tentados
Chácara / Sacramento	17	4	23	5
Del Rey	9	3	11	0
Bandonion	1	0	2	0
Igrejinha	0	0	1	1
Arara	3	1	6	2
Total	30	8	43	8

Fontes: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG) e Departamento de Investigações de Homicídios e Proteção à Pessoa (DIHPP)

Outra questão a ser observada é a natureza territorial e localizada dos conflitos entre grupos de jovens delinquentes na RMBH. A partir da análise de 73 ocorrências de homicídios, consumados entre 2007 e 2009 nas 16 favelas monitoradas pelo GMG, observou-se que parte significativa das vítimas foi assassinada a, no máximo, 400 metros de suas residências. Se o raio de abrangência for estendido até 800 metros das casas das vítimas, chega-se a 83% dos casos. Essa característica territorializada dos homicídios demonstra que as dinâmicas sociais que terminam por provocar as mortes têm origem nas próprias localidades.

Gráfico 7 – Distância média entre o local de moradia das vítimas de homicídio e o local onde foram assassinadas, em 16 favelas da RMBH – 2007/2009



Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG).

Estruturação de atividades criminosas

Ao longo das últimas três décadas, diversos estudos se dedicaram a pensar o problema da associação de jovens em gangues e grupos delinquentes e seu envolvimento desproporcionalmente alto com dinâmicas de conflito produtoras de violência letal (BEATO FILHO et alii, 2001; NETTO, 2002; SOUZA, 2007; ZALUAR, 2004; MISSE, 1997; RAMOS, 2009; RODGER, 1999).

O argumento central de muitos desses estudos é o de que, em sua maioria, os homicídios de jovens decorrem de conflitos armados que esses grupos travam entre si, na tentativa de manter e/ou expandir domínios territoriais e empreendimentos criminosos. Além disso, os

jovens também seriam mortos em função da vasta gama de pequenos conflitos interpessoais que naturalmente decorrem das muitas formas de regulações violentas exigidas pela normatização de um negócio criminoso. Ainda que de maneira bastante simplificada, este é o argumento central costumeiramente utilizado para explicar as mortes de jovens registradas nas favelas e nos bairros pobres de periferia de diversas cidades brasileiras.

No entanto, os relatos obtidos durante a pesquisa realizada nas favelas da RMBH apontam para a necessidade de problematizar não apenas a relação direta entre tráfico de drogas e homicídios, como também o próprio processo de estruturação de atividades criminosas ligado ao fenômeno das gangues e de grupos delinquentes. Em primeiro lugar, porque praticamente todos os relatos apontam no sentido de que, nas favelas do polo metropolitano de BH, o surgimento dos grupos de jovens delinquentes não se dá única e exclusivamente em função da estruturação de atividades criminosas. Na fala dos jovens entrevistados, são colocadas inúmeras outras razões de ordem comunitária, simbólica, familiar, cultural etc., que também perpassam e influenciam a associação desses atores em grupos delinquentes. Consequentemente, essa mesma variedade de aspectos também se faz presente na origem dos conflitos protagonizados pelas gangues e seus integrantes, ampliando consideravelmente o leque de mecanismos detonadores de conflitos letais.

Os próprios processos de estruturação local de atividades criminosas se veem perpassados por uma série de elementos de ordem histórica, cultural, comunitária e organizacional/institucional, não seguindo necessariamente os princípios racionais e econômicos geralmente atribuídos a eles. Se tomarmos os depoimentos dos jovens como retratos dos problemas locais de criminalidade, chega-se à conclusão de que a Região Metropolitana de BH não vivencia um processo uniforme de estruturação de atividades criminosas, mas muitos pequenos processos focalizados, que se organizam a partir de lógicas locais variadas e se conectam de forma mais ou menos sistemática e articulada.

O tráfico de drogas, por exemplo, parece se inserir na rotina das gangues não apenas como um negócio razoavelmente lucrativo, necessário à aquisição dos bens que conferem *status* aos jovens, mas também como um instrumento fundamental de financiamento das guerras e rivalidades adquiridas pelos integrantes dos grupos, em função de uma série de motivos não necessariamente ligados ao mercado das drogas. Geralmente, parte significativa do dinheiro auferido pelo grupo com a venda de entorpecentes é reinvestida na compra de armas e munições usadas na proteção e manutenção do negócio ilegal, bem como para a resolução violenta dos conflitos locais. O depoimento a seguir ilustra essa lógica.

Tipo assim, ganha muito, mas tem que colocar no lugar de novo. Tipo assim, você ganha R\$600. Mas você tem que comprar R\$600 de droga de novo. Aí começa a vender e, com essa droga, você faz R\$1.300. Aí começa tudo de novo. Então dá dinheiro e não dá. Tem que comprar arma, munição. O dinheiro acaba indo pra comprar mais droga e arma, droga e arma. (informante 30)

A partir das falas dos jovens, torna-se possível inferir que não existe uma lógica necessariamente econômica e racional norteando a estruturação de atividades criminosas entre gangues de favelas da RMBH. A forma como os grupos se envolvem com o crime é decorrência de uma série de elementos locais, e seguem uma lógica mais adaptada àqueles contextos específicos. Parece que diferentes configurações históricas, geográficas, comunitárias, culturais e associativas moldam diferentes tipos, intensidades, estruturas e formas de organização de atividades criminais. Nesse sentido, as gangues parecem constituir respostas associativas e adaptativas diferenciais que os jovens oferecem a contextos específicos, seu envolvimento com dinâmicas de criminalidade também segue essa lógica e parece se adaptar aos arranjos comunitários locais.

Enquanto em algumas favelas o envolvimento das gangues com o tráfico de drogas manifesta-se por meio de uma estrutura hierárquica e funcional bastante rígida e organizada, em outros aglomerados a atividade apresenta-se frouxamente estruturada, sustentada em arranjos grupais bastante horizontalizados, instáveis e informais. O depoimento a

seguir, por exemplo, fala sobre o tráfico de drogas na favela Cabana do Pai Tomás, uma das localidades mais violentas da RMBH e amplamente conhecida por seu intenso comércio de drogas.

Não é todo lugar que tem patrão, não. Tem lugar que é mais ou menos avulso. Lá mesmo não tem muito dono, não. Eu cheguei para um cara lá que tem as parada dele e pedi. Aí eu comecei a vender pra ele. (...) Aí o esquema era que de cada R\$300,00, R\$100,00 era meu. (...) Vendia pó, pedra, tudo.. Ele colocava as carga na minha mão e eu vendia. Até o dia que eu passei a ganhar meu dinheiro, aí eu passei a comprar a minha droga mesmo. (...) É porque as primeiras vez você pega a droga deles. Aí divide o lucro. Depois que tem dinheiro você compra a sua droga e fica lá vendendo. Cada hora um. (...) De vez em quando nós fazia vaquinha. Aí nós comprava uma quantidade maior e dividia. Aí cada um pegava a quantidade que comprou. (informante 20)

Como se observa, a logística simplista de venda de drogas adotada por uma gangue que atua em uma das maiores favelas da RMBH coloca em xeque o mito de organização e articulação invariavelmente associado à imagem dos grupos de traficantes. Ao contrário, mostra que é possível pertencer aos grupos sem necessariamente estar envolvido com a venda de drogas; que alguns membros compram drogas de fornecedores diferentes; e que o intenso comércio local pode ser atendido por um sem-número de pequenos vendedores quase autônomos, que se unem de fato apenas em situações de conflito com grupos rivais.

Ao mesmo tempo, gangues de outras favelas parecem adotar uma logística um pouco mais sofisticada e compartimentalizada, estabelecendo regras claras de atuação, horários e turnos para venda de drogas, cargos e salários fixos, funções específicas e até mesmo normas quanto a compra, posse e utilização de armas de fogo. E é neste ponto que se torna interessante observar que quanto mais intenso o envolvimento de um grupo com a atividade do tráfico de drogas, maiores parecem ser suas chances de pautar sua atuação a partir de uma lógica mais racional/econômica, modificando suas estruturas internas para atender às necessidades do negócio criminoso.

Enquanto algumas gangues parecem não estabelecer hierarquias entre seus membros, nos grupos envolvidos com atividades criminosas mais elaboradas, a figura do “patrão” (chefe do grupo, ou principal financiador do empreendimento criminoso) assume bastante destaque, como uma espécie de liderança a ser seguida pelos mais novos. De acordo com os jovens entrevistados, o “patrão” costuma ser uma pessoa mais velha, cujo poder decorre dos contatos que conseguiu estabelecer não apenas com grupos delinquentes de outras localidades, mas também com esquemas criminosos mais complexos e ramificados. Geralmente, o “patrão” é quem providencia os suprimentos de drogas e de armas para as gangues. Por monopolizar os meios para o exercício da atividade criminosa, quem ocupa a função de “patrão” adquire importância fundamental para a própria articulação e atuação dos jovens. Por isso, suas ordens geralmente são cumpridas, sem qualquer questionamento, por jovens ansiosos por conquistar “conceito” junto ao chefe e ascender na estrutura do grupo.

O patrão é a voz. É o poder. É o cara que comanda. É o cara que confere mesmo. É o cara que faz as droga chegar, é o cara que cobra o vacilo. Se ele quiser alguém morto e mandar matar, tem que ir. É o cara que paga à polícia, é o cara que a polícia tem medo. É o mais falado, é o mais respeitado. (...) O que ele fala tem que acontecer. Que nem ele tá dentro da cadeia lá. O que ele mandar, tem que fazer. Não pode matar sem avisar ele, não. Se não cumprir, morre. (...) Mas todo mundo respeita o cara. Eu mesmo já cumpri ordem dele porque eu sou soldado. Tenho que cumprir as ordem do patrão. Manda nós pra guerra, tem que ir. Onde é que ele mandar, tem que ir. (informante 27)

Em função do monopólio que exerce sobre a chegada de drogas e armas nas favelas, é o “patrão” quem determina a porcentagem que cada jovem traficante recebe com as vendas, bem como as normas de funcionamento geral dos pontos de venda de drogas. No entanto, até mesmo essas características variam bastante de localidade para localidade, indício de que os esquemas de venda de entorpecentes gerenciados pelas gangues na RMBH se estruturam em função de arranjos e lógicas localmente estabelecidas. Enquanto alguns “patrões” participam ativamente do cotidiano das gangues, che-

gando até mesmo a participar de “guerras” juntamente com os demais membros do grupo, outros têm pouquíssimo ou nenhum contato com os jovens que operacionalizam seu negócio, atuando como simples fornecedores de drogas e armas e organizadores da estrutura criminosa local.

Cada um que pegava pra vender ficava com uma carga de 60 papel na mão. Mas eu mesmo não ficava na venda, não. Eu ficava mais controlando os menino que tava vendendo e cuidando pra eles não ficar sem papel. Aí, quando acabava, eu ia no barraco, picava mais, preparava as carga e jogava na mão dos menino. (...) De cada dez papel que eles vende, três é deles. (...) Depois que tirar o lucro de quem tá vendendo, o dinheiro que sobra divide meio a meio o gerente e o patrão (...) Mas quem tá na boca é que tem que juntar o dinheiro pra comprar arma e munição. (...) O patrão mesmo não coloca a mão em nada. A droga ele nem vê. Só liga pro cara que fornece e depois manda a gente buscar no lugar tal. (Informante 02)

É que nem eu te falei. Dava pra fazer pelo menos uma carga por dia. Cada carga tinha 45 papel e cada papel saía a R\$10,00. Tudo dá R\$450,00 por carga. Trinta papel era do patrão e 15 meu. Dava pra fazer uns R\$150,00 por dia. Mas isso porque eu já era considerado dos cara e tinha um esquema pela ordem. Quando você entra, ganha fixo uma mixaria até você mostrar que fortalece com os cara na moral. Eu já tinha participação nos papel que repassava. (...) No começo eu ficava mais de 6h às 18h. Mas sempre que rolava eu queria pegar de noite porque era mais limpeza e tinha mais freguês. De dia é sujeira porque tem muita polícia. De noite, não. Aí só entra os polícia conhecido pra pegar o dele e quando tem troca [tiroteiro] mesmo. (informante 05)

A partir da fala de alguns jovens entrevistados, também é possível identificar fatores bastante específicos que podem fortalecer a dimensão do “empreendimento criminoso” dentro das gangues, em detrimento de seu caráter originalmente comunitário. Esses fatores fazem com que alguns grupos transfiram seus focos de atuação e a própria lógica de seus conflitos de um âmbito interpessoal, comunitário e local para uma vertente mais econômica, racional e não tão ligada ao seu território de origem.

Nesse sentido, torna-se possível pensar que alguns grupos delinquentes vivenciam um processo crescente de estruturação de suas atividades criminosas, cuja trajetória ascendente depende da conjunção e articulação de determinados fatores – históricos, geográficos, comunitários, culturais e criminais – no espaço das favelas.

Um dos elementos envolvidos neste processo de maior estruturação de atividades criminosas entre as gangues é, com certeza, o estabelecimento de contatos entre grupos delinquentes de diferentes localidades. Muitos jovens relatam que, de maneira informal, membros de diversas gangues estabelecem contatos entre si em festas, bailes funks, pagodes, boates e bares, frequentados por jovens de várias favelas e bairros de periferia da Região Metropolitana. Nesses locais, que também podem servir de ponto de encontro entre grupos rivais, para a reprodução não armada de seus conflitos locais, os rapazes estabelecem contatos e amizades que acabam se estendendo para as atividades ilícitas exercidas por ambas as partes. As falas a seguir mostram como esses contatos informais podem colocar em curso processos de estruturação de atividades criminosas em diferentes localidades.

Nós colava com os caras da Serra e a droga que a gente vendia vinha de lá. Lá é favela maior, mais forte. (...) Mas isso tem tempo. Na época começou com um cara da Serra passando droga só pro meu cunhado. Aí foi morrendo gente e nós começou a ter contato com os caras de lá. Eu ligava pra eles e nós ficava em contato direto, saía junto. Tinha vez que o cara que me passava droga ficava sem. Aí eu ligava para os caras da Serra e falava: 'acabou minha droga aqui e o cara que me passa não tem pra me trazer agora. Vocês têm aí pra me arrumar? Uns 100 gramas?' Aí eles traziam pra mim. (informante 01)

Eu conheci eles no pagode. Quando eu conheci os meninos, comecei a ir no Índio direto, comecei a trocar ideia e acabei indo pra lá. Mas a droga que eu mexia era a do São Francisco. A do Índio era outra droga. Eu continuei a gerenciar no São Francisco, mas não vendia nada lá no Índio, pra não poder arrumar guerra também. Porque lá tem o cara que põe a droga dele lá. Se eu chego e ponho droga também eu ia arrumar guerra. Meu negócio continuou no São Francisco. Só quando a droga deles (dos

traficantes da favela do Índio) acabava e eles queriam cheirar é que eu vendia pra eles. Eles chegavam e falavam: “nosso pó acabou e não tem mais pra cheirar. Vende do seu aí pra nós.” Aí eu pegava o telefone, ligava para o patrão deles e falava: “os menino tão querendo comprar pó aqui pra usar. Pode vender pra eles?” Já punha o telefone no viva-voz para os caras verem que eu não tava mentindo. Aí, se o cara falava que podia vender, eu vendia. Se o patrão deles tava autorizando, eu ia lá e vendia. Mas fazia assim pra não ter discussão, não ter problema. (informante 01)

Nós tinha parceria com os cara da Máfia Azul (torcida organizada do Cruzeiro Esporte Clube), que era do Morro do Papagaio, da Pedreira, da Sumaré, Morro da Vaca. Aí quando precisava de arma, de droga, vinha deles também. Aí quando eles precisava de arma e droga eles vinha também. Em guerra mesmo nós não envolvia muito porque era muito longe. (...) Muito de vez em quando é que uns cara ajudava nós a dar tiro, mas de touca ninja pra não ver o rosto. (...) Em cadeia também você faz colega, faz contato. Aí quando sai: “Aí, Zé. Você saiu, eu saí também, vamos trombar. E aquela fita lá que nós combinou.” Aí tromba na rua, você tem um revólver, ele tem um revólver, pá... Mais é dentro de cadeia que você arruma parceria. Cadeia também é importante. Como parceria e guerra. (informante 32)

Mas mesmo a frequência, o tipo e a intensidade das relações estabelecidas entre gangues costumam variar muito de localidade para localidade, de grupo para grupo. Em alguns casos, as alianças parecem se restringir a pequenas trocas de favores entre as gangues, como fornecimento emergencial de pequenas quantidades de drogas, empréstimo de armas, esconderijo momentâneo para integrantes procurados pela polícia etc. Em outros, no entanto, nota-se que as alianças podem chegar a se estender para a participação conjunta em conflitos armados. De qualquer forma, tudo indica que o estabelecimento de contatos mais sistemáticos entre membros de gangues de diferentes localidades (seja em festas, bailes funks, ou mesmo nos centros de internação) acaba proporcionando aos grupos a possibilidade de trocar experiências, compartilhar esquemas de fornecimento de drogas e de armas, reforçarem-se mutuamente nos conflitos armados e uma série de outras práticas que, por fim, colocam em marcha processos bastante fluidos e complexos de estruturação de suas atividades criminosas.

Guerra deles é deles. Quando eu ia lá, não ia armado e quando eles vinha cá, não vinha armado também não. Eles vinham, mas ficavam no carro. Parava o carro do lado de fora da favela e deixava as armas. Entrar pra dentro da favela armado eles não entravam, não. Só quando lá tava muito cheio de polícia mesmo. Aí eles tiravam as armas grandes de lá tudo, colocava no carro e me ligava falando que tava cheio de polícia lá. Aí eles pegava as arma grande, 12, macaquinha [submetralhadora] e trazia pra cá. Aí nós arrumava um barraco menos visado pela polícia e deixava guardado lá junto com as nossa. (informante 01)

Lá na Serra tem a OTA, Organização Terrorista Arara; Band, OTC, Organização Terrorista do Cafezal. A nossa mesmo é a DRP, Del Rey Puro. Aí os cara vai e picha a questão deles, nós picha a nossa questão. Marca o território mesmo. (...) Com outras quebrada tem aliança com a Pedreira. Com a turma do Buraco Quente, da Carmo. (...) Eu já apanhei revólver na mão deles, eles apanha revólver na nossa mão. Curte junto, sai junto. Os cara vai lá na nossa quebrada, nós vai na deles. Se precisar guerrear junto, guerreia também. Igual nós já cansou de ir lá fortalecer eles pra trocar tiro lá no Beco do Filho, na Maloquinha. (...) Mas as arma é tudo de lá. Nós chega lá e eles já joga as peça na mão, pega umas moto, aí nós sobe daquele naipe. (informante 19)

Tinha dois cara que era patrão lá no Buraco. Só que esses cara era muito folgado. Aí um dia eles expulsou outros dois lá da boca. E mandou embora porque esses dois tava levantando pra caralho. Aí os patrão mandou eles sair fora. (...) Aí esses dois foi lá pra Carmo colar com os cara lá. Porque eles era amigo pra caralho dos cara lá da Carmo. Aí lá na Carmo, eles desembolou com os cara lá e os cara da Carmo comprou o boi deles. Mandou altas PT, altas macaca pros cara e piou com os cara lá no Buraco. Aí os dois que tinha saído fora foi lá e matou os dois patrão e ficou com a favela. Aí com isso eles comprou a guerra dos cara da Carmo com os cara do Terreirão. (...) Porque os cara da Carmo já tinha guerra com o Terreirão. Aí que nem os cara da Carmo ajudou eles a voltar pro Buraco, aí eles foi e comprou a guerra com os cara da Carmo, pra pegar os cara do Terreirão. E aí nós é tipo aliado dos cara da Carmo. (informante 28)

Além do intercâmbio entre os grupos, outro elemento bastante importante para compreender os processos de estruturação de atividades criminosas entre gangues é a incorporação de policiais corruptos ao contexto das favelas. Entre os jovens entrevistados muitos foram os relatos de envolvimento sistemático de grupos de policiais com diversas gangues, principalmente aquelas com maior poder financeiro. Os relatos de extorsão para “aliviar” prisões ou mesmo a montagem de flagrantes falsos por posse de drogas ou porte de armas são extremamente comuns. No entanto, alguns jovens chegam a relatar casos em que os policiais apreendem drogas e armas com um grupo e revendem o produto para outro, dentro da mesma favela. Existem ainda relatos de jovens de uma região do aglomerado que foram apreendidos pela polícia e deixados no território da gangue rival para serem mortos.

Seja por meio da extorsão ou pela colaboração com os grupos, a inserção de policiais corruptos e violentos no contexto das gangues constitui um elemento que contribuiu intensamente para os processos de estruturação de atividades criminosas. Primeiro porque a entrada da propina policial na “contabilidade” dos grupos envolvidos com tráfico de drogas os obriga a gerenciar seu negócio de maneira mais rígida e profissional. Segundo porque a aliança com policiais corruptos tende a fortalecer alguns grupos, desequilibrando os arranjos locais de poder e fazendo com que determinadas gangues se sobreponham aos seus rivais.

Eles até pedem. Eles falam: “R\$10 mil pra soltar ele”. Mas nós não pagava. Porque você paga polícia uma vez, eles acostuma e quer direto. Aí nós preferia que levava e, na hora que chegava na delegacia, nós conversava com a Civil. Porque a Civil já não tem muito disso. Aí já mandava o advogado ir e o advogado já conversava com o delegado. Já oferecia um dinheiro para o delegado da Civil e nós pagava. Mesmo assim o advogado é que levava. A gente não botava a cara, não. Aí pegava e soltava. Mas militar, não negocio, não. Porque acostuma, né? Você dá uma vez e eles quer todo dia. (informante 01)

Polícia? Arrancava dinheiro direto. Se não desse dinheiro pra eles, eles levava pro mato e ó... Sacolada, colocava sua cabeça dentro do rio, dava tiro do lado do seu ouvido. Eu mesmo não escuto muito desse ouvido por causa disso. (...) Teve um dia que eu rodei com 40 papel de pedra. Eles me pegou, já me algemou e colocou eu no banco de trás com um polícia de cada lado. Aí eles já pegou minha blusa, colocou ela assim na minha cara e ficou escuro. Colocou a sacola e foi me dando sacolada até chegar num matagal. Eles foi me dando sacolada, enfiou minha cabeça dentro do rio, queria arma, queria droga. (...) Eles falava que a gente não pagou eles. Eles já tinha ido lá na boca pegar dinheiro, só que a gente não deu. Aí eles me pegou. (...) Eu nem sei quanto de dinheiro porque essas coisa eles negociava direto com o patrão. (...) Os polícia é tudo corrupto, filho... Conversava com o patrão pelo telefone. Aí eles falava: “quero tanto, vou lá buscar tal dia. Aí o patrão mandava o dinheiro descer”. (informante 18)

Tem muita polícia corrupta, né? Tá aí pra quem quiser ver. Tem polícia que pega dinheiro, tem polícia que bate... Por isso que tem quebrada que dá tiro em polícia, que joga pra cima dos polícia mesmo. (...) Tem o polícia que entra na sua casa, pega 20 quilo de pedra e leva embora pra vender. Vinte quilo de pedra é dinheiro demais... Um quilo de pedra é R\$16 mil, R\$17 mil. Vinte quilo faz as conta aí. Ah, e é R\$16 mil em barra, no quilo. Vendido em papelote dá muito mais. Dependendo do lugar o cara pica direitinho, faz os papel e faz é R\$35 mil num quilo. Imagina isso na mão do polícia. Ele pega na sua casa e passa pra outra quebrada, na favela mesmo. Isso tem demais. (informante 29)

Enquanto alguns relatos dão conta do envolvimento direto de policiais com os esquemas criminosos mantidos por algumas gangues, muitos outros falam da participação indireta da polícia nos conflitos locais, orientados pelo interesse de ver algum jovem morto ou seu grupo enfraquecido. Daí os relatos bastante comuns de que alguns policiais suscitam discórdias entre gangues rivais, para aumentar a animosidade entre os grupos e o nível de letalidade de seus confrontos. O relato a seguir, por exemplo, indica como os policiais participam indiretamente das “guerras” entre gangues, muitas vezes conduzindo os rumos dos conflitos.

No dia que eu tava indo pra uma festa, os homem (policiais) suspeitou e foi lá e me abordou. Eu tava com um 38, um buldoguinho (revólver) pequenininho. Aí eu já falei de cara que tava com uma arma. Eles falou: “Você tá com presentinho aí pra nós?” Eu falei: “Tô.” Aí eles foi lá e já pegou a arma e me perguntou por que eu tava andando armado. Eu falei que era porque eu tava de guerra com o cara lá. Aí um deles falou: ‘Então é melhor você matar ele, porque ele dá tiro até em nós’. (informante 37)

Nós arrumou guerra lá com os caras lá do São Tomás. (...) Era troca de tiro por causa de boca de fumo. (...) Os cara ia lá na nossa quebrada, lá no São Bernardo, e falava: “Não quero ver vocês traficando aí não”. (...) Porque senão pegava freguês deles né? A gente vendia muita quantidade e eles vendia pouco. (...) Aí, eles ia pra lá e falava: “Vocês tão roubando nossos freguês. Se nós ver vocês vendendo aí, nós vai dar tiro em vocês”. Aí teve uma vez que eles foi lá e deu tiro em nós. Aí nós foi lá e deu tiro neles também. (...) Isso durou dois anos e cinco mês. Morreu três que era colega meu e quatro que era colega deles lá. (...) Aí quando rolava troca de tiro os polícia fervia lá. Falava que ia levar nós lá pro São Tomás, porque eles sabia que nós tinha guerra lá. E pegava nós e levava lá. Deixava nós lá e nós tinha que sair correndo pra esconder. (...) E fazia a mesma coisa com os cara de lá. Teve uma vez que eles pegou um menino lá e levou ele na nossa quebrada, sem arma, sem nada. (...) Aí quando eles deixou ele lá, tinha dois menino que andava comigo que foi e matou ele. (informante 13)

Por fim, há de se observar a relação simbiótica que se estabelece entre processos de estruturação de atividades criminosas e dinâmicas de conflitos entre grupos delinquentes. Assim como diversos jovens relatam que a melhor estruturação dos esquemas de tráfico de drogas trouxe consigo o início de novas “guerras”, outros afirmam que foi justamente a necessidade de sustentar financeira e logisticamente as “guerras” que fez com que suas gangues estruturassem melhor seus esquemas de tráfico de drogas. Segundo os informantes, é como se um processo se alimentasse do outro: uma gangue só consegue sobreviver em um conflito se for financiada por um empreendimento

criminoso – uma vez que a manutenção da “guerra” demanda compra de armas, munições, suborno de policiais etc. –; por outro lado, quanto mais complexo se torna o processo de estruturação de atividades criminosas de uma gangue, maior é o número de conflitos com os quais ela tende a se envolver.

O primeiro depoimento a seguir mostra como a existência de um esquema consolidado de tráfico de drogas nas favelas pode provocar o surgimento de um grande conflito entre grupos que atuam naquela localidade. Neste caso específico, o informante fala sobre um conflito que se instaurou entre gangues da favela Pedreira Prado Lopes durante o ano de 2004, por conta de um desentendimento quanto aos esquemas de fornecimento de drogas que seriam utilizados pelos grupos locais – segundo investigações da Polícia Civil de Minas Gerais, esse conflito deixou um saldo de 61 mortos na favela, somente naquele ano. Já o segundo e o terceiro depoimentos indicam como a existência de “guerras” pode incentivar as gangues de uma favela a estruturarem melhor seus empreendimentos criminosos, na tentativa de obter meios de financiamento dos conflitos.

Roni (chefe do tráfico na Pedreira Prado Lopes) saiu da cadeia e dois dias depois a Pedreira já era outra. Ele sentou com os cara do Terreirão e falou que a partir de agora todo mundo só ia vender a droga dele e que ninguém mais ia zoar o plantão de ninguém. Dava pra todo mundo ganhar muito dinheiro, mas os cara do Rodriguinho era olho-grande demais e não fortaleceram com o Roni, não. E era por causa de uma mixaria, porque o Roni ia repassar o bagulho por R\$17,00 o grama e eles falava que conseguia por R\$15,00. Ia tirar uma mixaria a mais só. Aí o Roni mandou passar o rato em todo mundo. Ele jogou os ferro firmeza a mão da gente e mandou passar geral. Foi por isso que ficou aquela guerra. (informante 05).

O dinheiro acaba indo pra comprar mais droga e arma, droga e arma. (...) Porque a gente nunca sabe o dia de amanhã, né, Zé? Vai que os cara junta lá e resolve pegar nós na croca [crocodilagem]. Tem que ficar trepado [armado]. Tem que ficar na atividade mesmo. Ninguém fica na mão na favela não, sô. Quem fica é porque dá mole. (informante 30)

Todo mundo nascido e criado junto. Aí a gente começou roubando. Depois compramos droga. Depois da droga compramos revólver. Começou a levantar por causa das treta. Aí nisso aí, nós matou uns caras lá nos predinho e começou a guerra. (...) Primeiro você tem que arrumar um contato. Alguém que já recebe a droga e coloca na sua mão pra vender. Lá a gente ficava no meio da favela, perto do campinho. A gente tinha dois ponto de venda: uma boca no campinho e outra no terreirão. (...) O dia todo tinha gente nas boca. Vendia o dia inteiro. (...) Depois que começou a guerra mesmo, gastava tudo com bala e arma. (informante 02)

Considerações finais

Conforme mencionado anteriormente, este artigo teve como objetivo traçar um panorama geral sobre o fenômeno da violência de gangues e grupos de jovens armados nas favelas e bairros pobres da periferia da Região Metropolitana da cidade de Belo Horizonte. Dialogando com uma extensa produção sociológica sobre o envolvimento de adolescentes e jovens com dinâmicas de criminalidade violenta, o texto se propôs a pensar o problema de modo articulado ao processo excludente e socialmente segregador de urbanização vivenciado pela RMBH ao longo das últimas décadas.

Sustentado em um modelo de desenvolvimento centro-periferia, o crescimento da RMBH se deu, em grande parte, por meio da ocupação precária e irregular de largas faixas do território, em um processo que, de certo modo, diversos autores definiriam como “favelização”. Sabe-se que a maioria das favelas da Região Metropolitana surgiu como áreas de ocupação provisória que terminaram por se tornar definitivas. Essa ocupação informal, frequentemente estimulada pelo próprio poder público, acabou perpetuando-se, sem qualquer definição de como tais regiões seriam contempladas por serviços e infraestrutura pública.

Durante décadas, a ausência de instrumentos legais e políticos de ordenação urbana, a presença precária do Estado, a falta de mecanismos de desenvolvimento local e de inclusão social local acabaram legitimando a proliferação de arranjos informais e a desorganização comunitária, criando ambientes extremamente profícuos para a legitimação e ex-

pansão da ilegalidade para outros âmbitos da vida comunitária, como, por exemplo, a utilização e exploração irregular de serviços públicos e privados (como água, luz, telefone, TV por assinatura, transporte etc.), a ocupação precária e predatória de novos terrenos e mesmo o surgimento de gangues ou grupos de jovens delinquentes que, em nível local, se encarregaram de colocar em curso processos de estruturação de atividades criminosas.

Nas favelas da RMBH, no entanto, o problema da violência entre grupos de jovens delinquentes não pode ser interpretado apenas como um desdobramento natural das disputas que esses grupos travam em torno de mercados criminais como, por exemplo, o tráfico de drogas. A própria fala dos jovens envolvidos com esses coletivos demonstra que, para compreender a fundo o fenômeno dos grupos de jovens armados e toda a violência ligada a ele, há de se levar em consideração questões de ordem simbólica, comunitárias, familiares e criminais. O que se observa a partir das entrevistas é que grande parte da violência praticada entre grupos delinquentes possui um caráter extremamente tradicionalista, decorrência da consolidação, em algumas dessas localidades, e entre alguns desses atores, de um aparato simbólico/normativo que legitima o uso da violência enquanto instrumento de resolução privada de conflitos.

Quando falam sobre as origens e as motivações dos confrontos entre gangues, praticamente todos os jovens entrevistados trazem à tona uma complexa trama de questões pessoais, grupais, familiares, comunitárias e criminais que acabam envolvendo a todos os membros do grupo em um ciclo aparentemente interminável de ações e retaliações. A partir de certo ponto, essa lógica da “vendeta” parece adquirir vida própria, explicando-se a si mesma. É como se houvesse um processo gradativo de acumulação de violência entre os grupos, num devir que acaba envolvendo e vitimando também as comunidades locais, aumentando exponencialmente a rede conflitiva e tornando a guerra uma razão de si própria.

Nesses contextos, as gangues colocam em curso processos de estruturação de atividades criminosas que não apenas aumentam a letalidade de suas “guerras” (por meio do financiamento de armas e munições), mas que também criam novas situações de conflitos entre os grupos. No entanto, os

depoimentos coletados indicam que esses processos nem sempre são pautados por uma lógica exclusivamente econômica/mercadológica. Não raramente, a implementação de empreendimentos criminosos por parte das gangues se vê impactada por uma série de especificidades locais, bem como por diversos fatores que podem restringir ou fomentar seu desenvolvimento.

Dentre os fatores que aparentemente favorecem a maior estruturação de atividades criminosas por parte das gangues estão a existência de esquemas de corrupção policial nos territórios de favelas, o estabelecimento de contatos sistemáticos entre membros de diferentes gangues nos espaços prisionais ou socioeducativos, ou mesmo o acirramento das rivalidades locais, aspecto que parece induzir os grupos a intensificarem sua atuação criminosa, em busca de fontes mais robustas de financiamento das “guerras”.

As falas dos jovens indicam ainda que, uma vez colocados em curso, esses processos de maior estruturação de atividades criminosas tendem a induzir mudanças nas configurações das gangues, que se veem obrigadas a aumentar, complexificar e diversificar suas estruturas, com o objetivo de dar conta dos procedimentos e funções exigidos por uma atividade criminosa mais elaborada. O que os relatos dos jovens sugerem, portanto, é que, inicialmente, os grupos delinquentes não se estruturam necessária e exclusivamente em função do exercício de uma atividade criminosa. Entretanto, a maior estruturação dessa atividade se mostra capaz de induzir processos de ampliação e complexificação das estruturas e funções dos grupos delinquentes.

Referências

- ADAMSON, Christopher. (2000), “Defensive Localism in White and Black: A Comparative History of European-American and African-American Youth Gangs”. *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 23, nº 2, pp. 272-298.
- ALONSO, Alex A. (2004), “Racialized Identities and the Formation of Black Gangs in Los Angeles”. *Urban Geography*, Vol. 25, nº 7, pp. 658-674.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves; ASSUNÇÃO, Renato Martins; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves; MARINHO, Frederico Couto; REIS, Ilka Afonso [e] ALMEIDA, Maria Cristina de Matos. (2001), “Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999”. *Cadernos de Saúde Pública*, Vol. 17, nº 5, pp. 1.163-1.171.
- BEATO, Cláudio [e] ZILLI, Luís Felipe. (2012), “A estruturação de atividades criminosas: Um estudo de caso”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, Vol. 27, nº 80, pp. 71-88.
- CANO, Ignacio. (1998), “Análise espacial da violência no município do Rio de Janeiro”. Em: NAJAR, Alberto Lopes [e] MARQUES, Eduardo Cesar (orgs). *Saúde e espaço: Estudos metodológicos e técnicas de análise*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- _____ [e] SANTOS, Nilton. (2001), *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro, 7Letras.
- CRUZ, Oswaldo Gonçalves. (1996), *Homicídios no estado do Rio de Janeiro: Análise da distribuição espacial e sua evolução*. Dissertação (mestrado), USP.
- _____ [e] CARVALHO, Marília Sá. (1998), “Mortalidade por causas externas: Análise exploratória espacial, Região Sudeste do Brasil”. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG.
- DAVIS, Mike. (2006), *World of Slums*. Nova York, Verso.

- DOWDNEY, Luke T. (2003), Crianças do tráfico: Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 7Letras.
- FERNANDES, Edésio. (2007), “Implementing the Urban Reform Agenda in Brazil”. *Environment and Urbanization*, Vol. 19, nº 1, pp. 177-189.
- FERREIRA, Sinésio P.; LIMA, Renato Sérgio de [e] BESSA, Vagner. (2009), “Criminalidade Violenta e Homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes”. *Coleção Segurança com Cidadania*, ano 1, nº 3.
- FRANCO, Celinda. (2008), *The MS-13 and 18th Street Gangs: Emerging Transnational Gang Threats? CRS Report RL34233* (updated January 30, 2008). Washington, Congressional Research Service.
- GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro [e] COSTA, Luciana Scarlazzari. (2005), “Social Inequality and Homicide Rates in São Paulo City, Brazil”. *Revista de Saúde Pública*, Vol. 39, nº 2, pp. 191-197.
- GOERTZEL, Ted [e] KAHN, Túlio. (2009), “The Great São Paulo Homicide Drop”. *Homicide Studies*, Vol. 13, nº 4, pp. 398-410.
- HOWELL, James C. [e] MOORE, John P. (2010), “History of Street Gangs in the United States”. *National Gang Center Bulletin*, nº 4, pp 1-25.
- JANKOWSKI, Martín Sánchez. (1997), “As gangues e a estrutura da sociedade norte-americana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, Vol. 12, nº 34.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (2010), “Violência urbana, segurança pública e favelas: O caso do Rio de Janeiro atual”. *Caderno CRH*, Vol. 23, nº 59, pp. 283-300.
- MISSE, Michel. (1997), “As ligações perigosas: Mercado informal legal, narcotráfico e violência no Rio”. *Contemporaneidade e Educação*, Vol. 2, nº 1.
- MUSUMECI, Leonarda; SILVA, Gabriel Fonseca [e] CONCEIÇÃO, Greice Maria S. (2006), “Geografia da violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2000 a 2005”. *Boletim Segurança e Cidadania*, ano 5, nº 11.

- PAES MANSO, Bruno. (2005), *O Homem X: Uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo*. Rio de Janeiro, Record.
- PEIXOTO, Betânia Totino. (2003), *Determinantes da criminalidade no município de Belo Horizonte*. Tese (doutorado), Cedeplar, UFMG.
- RAMOS, Sílvia. (2009), “Meninos do Rio: Jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas”. *Boletim Segurança e Cidadania*, ano 8, nº 13.
- RATTON, José Luiz. (2006), “Violência endêmica-homicídios na cidade do Recife: Dinâmica e fluxo no Sistema de Justiça Criminal”. *Revista do Ministério Público de Pernambuco*, Vol. 1, nº 1.
- RIVERO, Patrícia S. (2010), “Segregação urbana e distribuição da violência: Homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 3, nº 9, pp. 117-142.
- SAPORI, Luis Flavio [e] SENA, Lucia Lamounier; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves. (2012), “Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 5, nº 1, p. 37-66.
- SAVENIJE, Win; BELTRÁN, Maria Antonieta [e] CRUZ, José Miguel. (2007), “Exclusión social, jóvenes y pandillas en Centroamérica”. *Temas de Actualidad*, nº 3. San Salvador, Woodrow Wilson International Center for Scholars/ Fundación Dr. Guillermo Manuel Ungo (Fundaungo).
- SENASP. (2006), “Perfil dos agressores dos crimes de homicídio em 2004 e 2005”. Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública: Disponível (on-line) em: <http://portal.mj.gov.br:80/senasp/estatisticas/perfil+das+vítimas+e+agressores.pdf>
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. (2008), “Não matará: Desenvolvimento, desigualdade e homicídios”. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- SOUZA, Jailson (coord). (2007), *Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006 (relatório de pesquisa)*. Rio de Janeiro, Observatório de Favelas.

- SZWARCWALD, Célia Landman [e] CASTILHO, Euclides Ayres. (1998), “Mortalidade por armas de fogo no estado do Rio de Janeiro, Brasil: Uma análise espacial”. Revista Panamericana de Saúde Pública, Vol. 4, nº 3, pp. 161-170.
- VIGIL, James Diego. (1998), Barrio Gangs: Street Life and Identity in Southern California. Austin (EUA), University of Texas Press.
- Yi, José Luís Rodriguez; FELGUEIRAS, Marcelo; MONTEIRO, Antônio Miguel [e] CÂMARA, Gilberto. (2000), Análise espacial da distribuição e dinâmica da violência na cidade de São Paulo entre os anos 1996 e 1999 (relatório de pesquisa). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).
- ZALUAR, Alba. (1985), A máquina e a revolta. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1996), Condomínio do diabo. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Revan.
- _____. (1997), “Gangues, galeras e quadrilhas”. Em: VIANNA, Hermano (org). Galeras cariocas: Territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- _____. (2004), Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- ZILLI, Luís Felipe. (2011), “O bonde tá formado: Gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta”. Tese (doutorado), UFMG.

LUÍS FELIPE ZILLI (zilli.felipe@gmail.com) é pesquisador da Fundação João Pinheiro (FJP, Belo Horizonte, Brasil) e pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Necvu) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). É doutor e mestre em sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, Brasil), e tem graduação em comunicação social, jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas, Belo Horizonte, Brasil).

CLÁUDIO BEATO (claudiobeato@crisp.ufmg.br) é professor titular do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG e coordenador geral do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da UFMG. É doutor e mestre em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, Brasil) e tem graduação em ciências sociais pela UFMG.